



GT - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL
E SERVIÇO SOCIAL

**EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA: ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA NO
SEMIÁRIDO BRASILEIRO**

Bárbara Ester Carmo Ramos¹

Maria Isadora Gomes do Nascimento²

RESUMO

O presente artigo é fruto de revisão e análises documentais e bibliográficas acerca da educação contextualizada e agroecologia no Semiárido Brasileiro. Buscou-se analisar como os processos educativos contextualizados podem promover fortalecimento da produção agroecológica apropriada, contribuindo para a resistência dos povos sertanejos e a desmistificação de narrativas históricas de negação do ambiente Semiárido. O estudo mostra que esse território, desde a ocupação pelos colonizadores europeus, foi marcado pela exploração predatória e sistemática de seus recursos naturais, com a adoção de modelos de produção destrutivas que agudizam as condições socioambientais no Bioma Caatinga. Enquanto desafio para construção de um desenvolvimento sustentável no Semiárido, a educação em agroecologia promove o resgate de saberes populares como alternativa à imposição exógena de técnicas produtivas não adaptadas à biodiversidade do território. Dessa forma, constata-se a importância da educação contextualizada orientada à agroecologia para o manejo sustentável dos recursos naturais, bem como para o fortalecimento da solidariedade e autonomia da agricultura familiar sertaneja.

Palavras-chave: agroecologia; educação contextualizada; sustentabilidade; Semiárido brasileiro.

¹ Assistente Social (Cress:7259), estudante de pós graduação do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e pesquisadora voluntária do Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social, e Serviço Social (GEP-QSOCIAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: barbaraester27@hotmail.com

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social, e Serviço Social (GEP-QSOCIAL). E-mail: isadora234@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre a adoção de uma educação contextualizada no Semiárido brasileiro, tendo como parâmetro a análise de práticas agroecológicas na disseminação de saberes, enquanto estratégia de resistência, e da construção do Paradigma da Convivência com o Semiárido. Essa análise está vinculada a pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) sobre “Resistências Sertanejas no Semiárido Brasileiro: a agricultura familiar, entre mudanças climáticas, secas, ajuste fiscal e pandemia no século XXI (2010-2020), inserido no Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL).

A região correspondente ao Semiárido Brasileiro sobre o qual o estudo se baseia, é uma área geográfica de predomínio da semiaridez abrangendo nove estados da região Nordeste, além do norte de Minas Gerais. O território corresponde a cerca de 12% do território nacional, onde estão localizados 1.262 municípios, com cerca de 28 milhões de habitantes. A região é reconhecida pelo bioma Caatinga e pelo solo raso e cristalino. No entanto, conforme tratado por Silva (2010), contrariando os estigmas imputados ao Semiárido brasileiro, a região possui um índice pluviométrico relativamente alto em comparação com outras regiões semiáridas no planeta, apesar de sua irregularidade, que condiciona a ocorrência de períodos prolongados de estiagem.

O estigma imposto na região advindo das suas condições climáticas, de acordo com Silva (2010), levou ao desenvolvimento das políticas de combate às secas e seus efeitos, centradas na solução da engenharia hidráulica, adquirindo feição emergencial, descontínua e focalista, na ocorrência das grandes secas. Historicamente, essas políticas que preconizam ações assistencialistas mostraram-se ineficientes para superação dos verdadeiros problemas da estrutura socioeconômica que reproduzem a pobreza e a desigualdade social independente da ocorrência das secas severas. No entanto, a miopia técnica e os interesses das oligarquias sertanejas mantiveram por séculos uma culpabilização generalizada de uma circunstância natural pela acentuação da desigualdade social. Essa perspectiva, no entanto, serve de base para o favorecimento da concentração fundiária e da dominação do poder político das oligarquias sertanejas.



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia
23 a 27 de setembro de 2024

O paradigma da convivência se opõe a essa perspectiva e trata das condições de vida no Semiárido, reconhecendo a necessidade de iniciativas socioeconômicas apropriadas à realidade local que reforcem a autonomia da Agricultura familiar sertaneja que gerem impactos na melhoria da qualidade de vida. Esse paradigma é resultado de um longo processo de mobilização de diversas organizações da sociedade civil como movimentos sociais e comunidades religiosas (entre outros), que hoje se formalizam na Articulação do Semiárido (ASA), e se mobilizam pelo princípio de convivência com o semiárido.

Nesse sentido, Silva (2007 *apud* Silva *et al.*, 2016) afirma que:

A convivência com o Semiárido passa por uma mudança de cultura que envolve a promoção do desenvolvimento sustentável dessa região, visando à melhoria da qualidade de vida e o resgate da cidadania por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas e compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais, originando um novo paradigma civilizatório que articula diversas dimensões do desenvolvimento [...] (Silva 2007 *apud* Silva *et al.*, 2016, p. 293).

Um elemento estratégico fundamental do paradigma da convivência é a agroecologia, o que exige o resgate e a construção de saberes e práticas produtivas apropriadas ao Semiárido. No entanto, sob a ótica dominante do combate às secas, as ações educacionais que foram sendo implantadas na região, centraram-se, por muitos anos e de forma equivocada, na desvalorização do ambiente da Caatinga (visto como feio e perigoso) e do modo de vida sertanejo e da cultura local (vista como exótica e atrasada), o que conduzia à importação de imagens, valores e experiências produtivas externas, nem sempre adaptáveis à realidade semiárida. Nesse processo de descontextualização, os saberes seculares dos povos e comunidades tradicionais foram subsumidos à lógica de produção destrutiva típicas no modo de produção capitalista, de modo que o sistema de dominação passou a ser reproduzido historicamente.

Com base nesse pressuposto, o estudo aqui apresentado busca identificar como a educação contextualizada contribui para disseminação das alternativas agroecológicas como estratégia para o fortalecimento das capacidades de resistência da agricultura familiar sertaneja e para mitigação dos processos de degradação ambiental no Semiárido.



REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A PRODUÇÃO DESTRUTIVA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

No Semiárido brasileiro historicamente foram introduzidas práticas de cultivo e criação de animais sem nenhum tipo de preocupação de longo prazo quanto aos ecossistemas. Conforme Silva (2010), a ocupação e uso do território, desde os primórdios da colonização até os dias atuais, orientado para geração de riquezas e reprodução do capital, alinhado à falta de estudos sobre a complexidade ambiental e a capacidade de suporte dos ecossistemas frágeis da região, resulta na inserção de práticas agropecuárias inadequadas ao bioma, provocando o processo de degradação ambiental.

Além das propriedades próprias do clima semiárido, de escassez e irregularidade hídrica combinada com a elevada evapotranspiração, as ações antrópicas são uma das principais causas dos processos de desertificação Semiárido, sendo o desmatamento da vegetação nativa para cultivo de pasto, e a adoção da pecuária extensiva, acima da capacidade suportada pelo território, exemplos das práticas agressivas realizadas pelo homem. A vegetação arbórea da caatinga é desmatada e substituída por pastos herbáceos e, por consequência o solo fica exposto aos fenômenos climáticos da região, como a alta incidência de raios solares, as enxurradas e os ventos fortes, fragilizando o potencial de fertilidade da terra. Como analisado por Perez-Marin e Forero (2021), a erosão é um dos grandes agravos da deterioração do sertão, pois destrói a superfície do solo:

A cobertura vegetal que brotava dele perde a pujança e degrada-se, logo a atmosfera desidrata-se e se aquece, dificultando as precipitações. As reservas de água das profundidades do solo minguam, as fontes estancam-se e os rios tornam-se intermitentes. Isso tem provocado, ao longo dos anos, redução da área agricultável, baixo rendimento das culturas e assoreamento de rios e reservatórios, com graves prejuízos à produtividade, à integridade do meio ambiente e à rentabilidade do agricultor (Perez-Marin, Forero, 2021, p. 298).

Esse modelo de produção destrutiva é estruturado a partir de uma lógica de exploração máxima dos recursos naturais e seu *modus operandi* recorre, inclusive, ao uso de maquinários pesados que compactam e destroem a estrutura do solo. Lima (2004) cita como práticas de degradação da biodiversidade: a utilização descontrolada de produtos químicos que envenenam rios e águas subterrâneas; e as queimadas utilizadas como técnica de destruição da vegetação



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia
23 a 27 de setembro de 2024

nativa para dar lugar à pastagem. Segundo a cartilha da Fundação Konrad Adenauer (2010), o território vítima de queimadas produz 80% menos do que nas áreas não queimadas, tornando-se um terreno improdutivo ao longo do tempo.

Entre as técnicas de destruição sistemática orquestrada em nome da produtividade agrícola e da pecuária, estão a utilização inadequada da prática de irrigação que, juntamente à técnicas de drenagem mal realizadas ou inexistentes geram a salinização do solo. De acordo com Medeiros (2001 *apud* Netto *et al*, 2007, p.1641), “isso ocorre pelo fato de a água de irrigação apresentar sais dissolvidos que, mesmo em baixa concentração, podem ser incorporados ao solo, o qual pode se tornar salino em poucos anos”. De tal forma, além da diminuição da capacidade produtiva do solo que reduz drasticamente as condições de vida do sertanejo, toda a plantação irrigada acaba sendo contaminada, o que gera malefícios à alimentação da população.

Todo esse modelo de manejo do solo baseado em técnicas intensivas de produção transpostas a partir de experiências exógenas e estruturadas pela lógica da produtividade, a longo prazo degrada o bioma e o conduz ao processo de desertificação. Nesse cenário, as regiões de clima semiárido, árido e subúmido seco passam a adotar comportamentos de deserto por resultado de ações antrópicas, como a degradação extrema da cobertura vegetal do solo e da biodiversidade, e as mudanças climáticas como as secas prolongadas. Entre as consequências do processo de desertificação estão a perda da capacidade produtiva da terra e a precarização das condições de vida dos camponeses.

2.2 A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA COMO ELEMENTO ESSENCIAL PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A convivência com o Semiárido, como fundamento de desenvolvimento sustentável da região, está centrada nos saberes e culturas da população local (ASA, 2010), os quais não se encontram nos livros didáticos geralmente adotados nas escolas da região, sejam elas públicas ou privadas, localizadas em áreas urbanas ou rurais. Contudo, ao contrário de eximir tais escolas de seu papel formador, essa configuração deve estimular as mudanças curriculares necessárias para a “educação popular” libertadora proposta por Josué de Castro, ainda em 1952, como



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia
23 a 27 de setembro de 2024

forma de capacitar populações marginalizadas para o enfrentamento de seus problemas (Castro, 1984).

Cabe enfatizar que a educação contextualizada que tratamos neste artigo ainda está em processo embrionário no que tange ao espaço escolar. Nesse sentido, tratamos da sua importância na resistência dos povos sertanejos e na relação da valorização dos saberes apreendidos por esses povos e comunidades, em virtude dessa valorização está vinculada à luta pelo reconhecimento da importância desses conhecimentos empíricos.

Para além disso, há de se refletir sobre como a educação formal tem influência na construção dos símbolos que se perpetuam no imaginário dos indivíduos. No Semiárido, a simbologia que permaneceu como a principal visão que se tem do território e de seus moradores é a simbologia dos flagelados da seca, da terra infértil e da água escassa. Símbolos que hoje são enfrentados politicamente, almejando um futuro onde a imagem hegemônica seja a divulgada e buscada pelo paradigma da Convivência. Conforme exposto por Farias e Marquesan (2016):

A Lei de Diretrizes e Bases da educação que regulam a educação brasileira baseando-se na Constituição Federal de 1988, garantindo no Art.28, que na oferta da educação básica para a população rural, convém aos sistemas de ensino as adaptações necessárias as particularidades próprias a vida no campo (Farias; Marquesan, 2016, p.5).

Na perspectiva da educação contextualizada, o processo formativo é dialético, ou seja, está em constante mudança e permeia o cenário ao qual está inserido. No entanto, quando a educação formal é desvinculada da perspectiva da convivência, desvaloriza o espaço e as relações estabelecidas pelos povos sertanejos, favorecendo uma baixa autoestima pelo não reconhecimento dos valores do território. Os livros didáticos geralmente destacam imagens e narrativas, entre outros aspectos negadores daquele espaço, incitando o êxodo rural e o ceticismo em desfrutar de uma vida digna no local, e o que leva ao estranhamento e não ao reconhecimento do pertencimento ao Semiárido. Ao contrário, a educação contextualizada no contexto do Semiárido é uma alternativa vinculada à realidade das práticas aprendidas pelos sertanejos, levando em conta suas capacidades socioculturais, econômicas e ambientais.

O processo educativo deve considerar o ambiente na sua totalidade e complexidade. No entanto, a educação descontextualizada no Semiárido, geralmente, considera apenas uma



dimensão natural como definidora da realidade ambiental do Semiárido: a seca. Diante dos períodos de estiagem muitas vezes mencionado quando tratamos do Semiárido, uma das principais pautas é tratar a respeito da água, ou seja, do recurso hídrico que é de suma importância para vida dos sertanejos, mas não é o único aspecto a ser considerado na realidade local. Dessa forma, tratar da educação e não vincular a complexidade da questão socioambiental permite recair em um grande equívoco. A educação contextualizada busca inverter esses olhares e percepções parciais em relação à natureza:

A educação contextualizada voltada para temas ambientais pode ser uma alternativa viável para o desenvolvimento do Semiárido nos âmbitos sociais, ambientais e culturais, além de ser esclarecedora no processo de identificação do sertanejo sobre si mesmo. Pelo fato da questão hídrica ter uma influência preponderante no cotidiano dos sertanejos, a educação contextualizada está quase sempre vinculada à questão ambiental. (Farias e Marquesan, 2016, p.6).

Pinto e Lima (2004 *apud* Farias e Marquesan, 2016) ,explicam que a educação ambiental, exclusivamente, não pode solucionar todos os problemas ambientais, mas é um forte instrumento para desenvolver a consciência sobre a influência do meio ambiente na qualidade de vida.

2.3 A AGROECOLOGIA E A PEDAGOGIA DA CONVIVÊNCIA

Como alternativa ao modelo de exploração predatória intensiva dos recursos naturais do ecossistema e de cuja análise dos fatores econômicos e sociais são indissociáveis, o desenvolvimento sustentável do Semiárido segue princípios agroecológicos na construção de uma nova forma de fazer agricultura, de modo a reconectar o homem e a natureza ao reincorporar conhecimentos culturais dos povos tradicionais à produção no campo.

Em consonância com a reflexão de Faria (2011, p.283) de que “o fortalecimento da identidade coletiva faz com que seus membros, reunidos nos organismos coletivos, identifiquem-se pelos interesses comuns e pela solidariedade recíproca [...]”, a concepção de práticas agroecológicas não se encerram em técnicas, trata-se, portanto, da construção de um projeto de reestruturação do campo, baseado na conexão plena do homem com o trabalho, possibilitando a conformação de associações coletivas de resistência contra a dominação e



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

exploração externa. Nesse sentido, ao reconectar os sertanejos com sua terra e seus iguais, a agroecologia é entendida como uma práxis, pois o homem se entende como “[...] produto e criação da sua auto-atividade, ele é o que (se) fez e (se) faz” (Braz; Neto, 2006, p.44). Nesse sentido, Guhur e Silva (2021) explicam a importância da agroecologia norteadas pela práxis camponesa:

[...] a agroecologia orienta a objetivação de agroecossistemas produtivos de alimentos saudáveis, potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural; que tem como base a práxis camponesa, dos povos originários e tradicionais (trabalho produtivo, processo de trabalho, tecnologia; e simultânea e dialeticamente, ideação e reflexão, saberes, conhecimentos, concepção de mundo/ cosmovisões, teoria, valores, estética...), reconectando saberes tradicionais e conhecimentos científicos (Guhur; Nívia, 2021, p. 70).

Como forma de garantir o desenvolvimento da agricultura de maneira sustentável, as práticas agroecológicas se destinam ao reflorestamento da caatinga (recaatingamento), à proteção do solo evitando desmatamentos de vegetação nativa, a utilização de estratégias para proteção da superfície da terra com cobertura vegetal, fazendo o uso de leguminosas e folhas secas para diminuir a exposição do solo aos fenômenos climáticos e, dessa maneira, reduzir a erosão e aumentar a capacidade de armazenamento de água no solo. Tendo por prioridade a preservação da biodiversidade como princípio de proteção do bioma e oposição à degradação causada pela técnica de monocultura em larga escala típica na lógica do agronegócio, as práticas agroecológicas incluem a realização de policultivos com associação de plantas silvestres, pois, ao manter a diversidade das lavouras, mantêm-se o equilíbrio natural do ecossistema, reduzindo os danos à terra e aumentando o tempo necessário para regeneração do solo entre um ciclo e outro.

É nesse sentido que a educação para a convivência com o Semiárido se articula com a concepção agroecológica, através de princípios de valorização das experiências das comunidades tradicionais considerando as multideterminações climáticas e sociais no conjunto dos processos formativos. Dessa maneira, conforme Sousa *et al.* (2021):

A educação em agroecologia articula a natureza (ecossistema-agroecossistema-paisagem), o trabalho e a cultura, visando uma formação



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

humana crítica-emancipatória-ecológica em contraposição à pedagogia do capital [...]. Prima pelos princípios da proteção da vida, da promoção da saúde, da proteção ambiental, da solidariedade entre os povos, do respeito e valorização das diversidades – étnica, biológica, cultural, de gênero e geracional –, de respeito aos tempos e processos ecológicos e de valorização do cuidado com o outro.(Souza *et al.*, 2021, p.362).

A pedagogia da convivência faz parte de um movimento contra-hegemônico pois, essencialmente, é oposta a todos os preceitos da educação baseada na dominação e na subordinação da agricultura à lógica capitalista. As históricas táticas de extermínio da biodiversidade e das práticas de combate à seca não são empregadas na concepção da convivência com o Semiárido, em seu lugar, são compartilhadas experiências de técnicas de manejo sustentável, como: métodos de captação e armazenamento de água da chuva, uso de biofertilizantes para nutrir o solo desgastado, ciclagem de biomassa, dentre outras técnicas, a fim de promover a convivência harmônica com a adversidades do bioma. Nesse sentido, conforme explicitado por Martins (2006, p. 204), são desenvolvidos “ecossistemas sócio-educativos em comunidade, onde a própria natureza é parte da comunidade” e essa circularidade promove a formação de grupos sociais que podem lutar pela autonomia e emancipação dos sertanejos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ressaltamos que o estudo foi direcionado pelo método do materialismo histórico dialético que busca analisar criticamente a realidade, considerando a dinâmica dos processos históricos e suas contradições, essencial para ultrapassarmos a superficialidade da imagem fatalista historicamente imputada ao Semiárido Brasileiro, pois, o método mostra que “[...] na gênese dos fenômenos estão a força das idéias, agrupamentos humanos, as formações sócio-econômicas e as relações de produção” (Prates, 2016).

A metodologia utilizada para a realização do presente estudo foi baseada em uma pesquisa teórica de revisão e análise de produções bibliográficas acerca da realidade do Semiárido brasileiro e da educação contextualizada. Recorremos a Silva (2010), Guhur e Silva (2021), Perez-Marin e Forero (2021), Sousa *et al* (2021), Martins (2006) entre outros autores citados para aprofundar os estudos teóricos sobre o conjunto socioespacial de nossa análise e as



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia
23 a 27 de setembro de 2024

práticas agroecológicas como condutoras do manejo sustentável do solo e da resistência dos povos sertanejos.

Para fins de análise dos processos pedagógicos como forma de resistência e sustentabilidade, foram revisados e sintetizados os relatos de agricultores e agricultoras do Semiárido Brasileiro presentes nos boletins “O Candeeiro” publicados pela ASA, pois apresentam práticas de manejo sustentáveis baseadas, primordialmente, nos saberes tradicionais da comunidade, razão principal da construção deste artigo.

Buscamos também analisar a socialização de práticas voltadas para a convivência dentro das Cadernetas Agroecológicas, investigando sua relevância como estratégia de resistência. Desenvolvidas a princípio como instrumento formativo pela equipe do Programa Mulheres e Agroecologia, do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), juntamente com as agricultoras da região, a criação das cadernetas se expressa como forma de registrar seu trabalho nos quintais produtivos e na produção artesanal, ambos realizados diariamente.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A adoção de processos pedagógicos contextualizados com o clima, água, solo e diversidade natural do Semiárido Brasileiro promove a reconexão dos sertanejos com a sua própria identidade, tensionando a construção de coletivos que lutam pela incorporação de direitos e pautas sociais da população rural na agenda política do Estado brasileiro e dos governos municipais. Nesse sentido, a pedagogia da convivência é alicerçada na reflexão crítica, no historicismo, nas experiências entre homem e natureza. Seu processo não se encerra nos “muros da escola”, pois é baseada na vida em movimento e, como tal, reconstitui-se a cada nova experiência.

Sob essa perspectiva podemos observar como ocorre o processo educativo na perspectiva da convivência com o Semiárido com as análises feitas aos boletins “O Candeeiro”, que permitem a compreensão em torno das práticas agroecológicas desenvolvidas pela agricultura familiar sertaneja e o potencial organizativo em prol de divulgação dessas práticas. O boletim Semeando [...] (2015) apresenta experiências dos bancos de sementes como técnica de preservação das sementes crioulas originárias da região e garantia da continuidade produtiva



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia
23 a 27 de setembro de 2024

no estabelecimento quando o inverno chegar. No Candeeiro Zé Varela [...] (2015) foi possível observar o fortalecimento da agricultura familiar e seus modos produtivos como estratégia de convivência com o Semiárido, apresentando práticas de captação e armazenamento da água em períodos de estiagem com o uso de cisternas e outras tecnologias sociais hídricas, permitindo aos agricultores a segurança da irrigação e subsistência da produção e da sua família. Não obstante, os boletins destacam a produção no campo de maneira sustentável, garantindo a soberania familiar, segurança alimentar e nutricional de suas famílias, por meio do cultivo de hortaliças, plantas medicinais, ornamentais e frutíferas. Além desse cultivo tão diversificado, os agricultores ainda possuem um espaço reservado para a criação de abelhas, permitindo a produção de demais produtos para potencializar sua renda.

As práticas pedagógicas observadas nesses boletins se expressam nos anúncios sobre as plantações, com tratos culturais agroecológicos, demonstrando na prática a educação contextualizada que tanto mencionamos no decorrer deste artigo. Os boletins são instrumentos que permitem disseminar exemplos concretos de como é possível a convivência com essa região e apresentam muitas formas de educação contextualizada vinculadas às práticas agroecológicas. Os relatos reforçam que o semiárido é um espaço de muitos saberes e onde a vida pulsa apesar das adversidades.

As Cadernetas Agroecológicas são produzidas por mulheres vinculadas a ONG's e agricultoras locais envolvidas em práticas agroecológicas enquanto fortalecimento do vínculo com a terra e instrumento de organização e resistência feminina (Garcia, 2024). As cadernetas são utilizadas pelas mulheres para anotar dados do dia-a-dia da produção, sendo possível observar o que está sendo plantado nos quintais produtivos, bem como o valor gerado pela agricultura familiar produzida pelas mulheres e a variedade das espécies plantadas. Essas anotações também retratam de forma pedagógica as experiências nesses quintais, reforçando o protagonismo feminino na produção do campo e a solidariedade estabelecida a partir dos vínculos gestados na troca de experiências e práticas agroecológicas. O protagonismo feminino na produção e o aumento das potencialidades dos quintais produtivos, demonstram avanços positivos na formação de grupos sociais de resistência à produção destrutiva do Capital, além de fomentar práticas agroecológicas potencializadoras da produtividade e sustentabilidade dos agroecossistemas, ao passo que diminuem a insegurança alimentar e a contaminação do plantio por uso de agrotóxicos.



Todas essas formas de existência neste cenário estão vinculadas a perspectiva da convivência defendida por teóricos e movimentos sociais que estão cientes da realidade e potencialidade que existe neste cenário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências baseadas na solidariedade e na sustentabilidade, conformam a pedagogia da convivência ao promover a discussão acerca das potencialidades e limites do Semiárido Brasileiro, tendo como perspectiva o movimento do real em sua totalidade. Dessa maneira, o compartilhamento de técnicas baseadas em estudos científicos e as práticas de manejo tradicionais são estratégias de combate à degradação da biodiversidade e desconstrução das narrativas e símbolos de inviabilidade do Semiárido.

Nesse sentido, podemos compreender como a educação contextualizada vinculada a agroecologia é de suma importância no que tange ao fortalecimento da perspectiva da convivência com o semiárido, em prol dos sertanejos se verem enquanto protagonistas das mudanças ocorridas neste cenário e nas potencialidade que o mesmo possui. Além disso, nas práticas de documentação do manejo correto do solo, nas reuniões e demais atividades, ambos materializam seus conhecimentos e se inserem cada vez mais enquanto sujeitos transformadores da realidade.

Em conclusão, o avanço predatório da exploração dos recursos naturais do Semiárido Brasileiro degrada o meio ambiente e reduz as condições materiais de subsistência da população sertaneja. A educação para a convivência baseada em princípios agroecológicos renova os vínculos dos sertanejos com o seu território e cria laços de resistência contra as investidas destrutivas do Capital. A promoção de um processo educativo horizontal estruturado em diálogos entre educador e educando no sensível à experiências constituídas por centenas de anos pelos povos e comunidades nativas, denota uma saída democrática e sustentável dos flagelos vivenciados pela população sertaneja, nesse sentido, como ressalta o mestre da educação Freire (2018, p.51) “a transformação da realidade é tarefa histórica” e só é possível quando o homem se enxerga como condutor de sua própria história



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

— 23 a 27 de setembro de 2024 —



REFERÊNCIAS

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

FARIAS, L.M.; MARQUESAN, F.S. **Educação (contextualizada) no Semiárido Nordestino**. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2016, Porto Alegre. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&asdt=0%2C5&q=+Educa%C3%A7%C3%A3o+%28contextualizada%29+no+Semi%C3%A1rido+Nordestino&btnG=&lr=lang_pt. Acesso em: 01 de julho. 2023.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária**: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: Editora Em Debate, 2011. Disponível em: https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3177_pt.html. Acesso em: 28 de Jul de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER Agricultura Familiar, agroecologia e Mercado. **Agroecologia Cuidando do Solo**. Jul., 2009. Disponível: https://www.kasde/documents/252038/253252/7_dokument_dok_pdf_21847_5.pdf/cce0c9b6-b651-e844-2c6e-ac2a28c7e563?version=1.0&t=1539667356209. Acesso em: 27 de jul. de 2024.

GARCIA, Giovanna. a Terra é Feminina: Experiências de hortas urbanas e de agricultoras familiares reafirmam que mulheres são protagonistas na agroecologia. **Livres e vivas para decidir**, [s. l.], ed. 258, mar. 2024. Disponível em: https://radis.ensp.fiocruz.br/pdf/radis-258_web.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívia Regina da Silva in: DIAS, Alexandre Pessoa et al, (org). **Dicionário de agroecologia e educação**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 59-73

LIMA, P. C. F. in XXVII REUNIÃO NORDESTINA DE BOTÂNICA, 2004, Petrolina. **Áreas degradadas: métodos de recuperação no semi-árido brasileiro** [...]. Petrolina: [s. n.], 2004. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/153079>. Acesso em 24 Jul. 2024.

MARTINS, Josemar da Silva. **Tecendo a Rede**: Notícias críticas do trabalho de descolonização curricular no semi-árido brasileiro e outras excedências. 2006. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal da Bahia, [S. l.], 2006. Disponível em: <https://repositoriufbabr/handle/ri/11747>. Acesso em: 20 jul. 2024

NETTO, Atenor de Oliveira Aguiar et al. Características químicas e salino-sodicidade dos solos do Perímetro Irrigado Califórnia, SE, Brasil. **Ciências Rural**, Santa Maria, v. 37, n. 6, p. 1640-1645, nov./dez., 2007. Disponível em:



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

<https://www.scielo.br/j/cr/a/cVtfgHDxY9JWHmJvghvjRpk/#:text=As%20an%C3%A1lises%20realizadas%20nos%20solos,o%20avan%C3%A7o%20das%20%C3%A1reas%20salinizadas>. Acesso em: 28 jul. 2024.

OLIVEIRA, A. Direito à memória das comunidades tradicionais: organização de acervo nos terreiros de candomblé de Salvador, Bahia. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 2, p. 84-91, 2011. Disponível em: OLIVEIRA, A. Direito à memória das comunidades tradicionais: organização de acervo nos terreiros de candomblé de Salvador, Bahia. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 2, p. 84-91, 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1721>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PRATES, Jane Cruz. **O método e a teoria marxiana**. Natal: Seminário de Pesquisa e Marxismo, p. 1-25, 2016.

SEMEANDO com fé, colhendo com alegria. **O Candeeiro**: O Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Martins, Rio Grande do Norte, ano 9, n. 1658, jan. 2015. Disponível em: <https://www.asabrazil.org.br/116-acervo/o-candeeiro/8751-semeando-com-fe-colhendo-com-alegria>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SILVA, Marta Maria Aguiar Sisnando; *et al.* Educação no Semiárido brasileiro.: contextualizando a educação ambiental como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 289-305, 2016. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26670/1/2016_art_mmassilva_educac%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 27 jul. 2024.

SILVA, R. M. A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido**: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.

PEREZ-MARIN, Anadrin Martin. FORERO, Luis Felipe Ulloa.. *in*: DIAS, Alexandre Pessoa et al, (org). **Dicionário de agroecologia e educação**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 295-301

SOUSA, Romier da Paixão; *et al.* *in*: DIAS, Alexandre Pessoa et al, (org). **Dicionário de agroecologia e educação**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 361-367

ZÉ Varela: Agricultor que vem fortalecendo a agricultura familiar e seus arranjos produtivos como estratégia de convivência com o Semiárido. **O Candeeiro**: O Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas, Serra do Mel Rio Grande do Norte, ano 8, n. 1918, fev. 2015. Disponível em: https://www.asabrazil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=8740 . Acesso em: 20 jul. 2024.